

**Ata N.º 4/2015**

---Pelas 15 horas, do dia 12 de setembro de 2015, na sala de reuniões do Centro Comunitário do Centro Social Belverense, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, António da Rosa Marques, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas, Carlos Chambel Lopes, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Júlio Delgado Cabeça, José Manuel Praia Neves, Manuel Medeiros Morais Silva, Martina Marcelino Jesus, Maria Hermínia da Conceição Louro, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo Manuel Alfaiate Pires e Fábio Miguel Florindo Gomes.-----

Esteve ausente o deputado municipal Júlio Manuel E. Churro Catarino tendo requerido antecipadamente a sua substituição.-----

Foi substituído por António José Estevinha. -----

Compareceu o senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores Vereadores António Manuel Gomes Severino, Jorge Marques dos Santos e Paulo José Estrela Vitoriano de Matos. -----

--- Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos dois, três, quatro, cinco, seis e oito da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

De seguida, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Maria Hermínia Louro, José Júlio Cabeça, Paulo Pires e Fábio Gomes por não terem estado presentes na sessão anterior. Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de mais dois assuntos na Ordem de Trabalhos. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, apreciar e votar os seguintes assuntos: -----

PONTO SETE = Apreciação e eventual tomada de posição sobre a “Crise dos Refugiados”; -----

PONTO OITO = Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Direção da Universidade Sénior de Gavião; -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os assuntos que selecionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de junho, julho e agosto: -----

Na ata da reunião realizada em 03/06/2015 destacou a deliberação que aprovou o apoio financeiro no valor de 12.000,00€, concedido à Associação de Produtores Florestais do Município de Gavião, para despesas de funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais. -----

Na reunião realizada em 15/07/2015, salientou a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, acerca do início da obra de recuperação do Passadiço do Alamal, que já está em curso como se pode verificar. A obra decorre no âmbito de candidatura à “Cooperação Transfronteiriça – Tejo Internacional” e foi uma excelente oportunidade, bem aproveitada pela Câmara Municipal. Trata-se de uma infraestrutura de grande importância para o concelho. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu esclarecimentos sobre os aspetos que destacou e aproveitou ainda a oportunidade para questionar o ponto de situação da obra de ampliação dos esgotos de Torre Cimeira. Perguntando se a obra será realizada por administração direta, como foi dito anteriormente, ou com recurso a empreitada. Questionou ainda se já há calendarização para a obra na Ponte de Belver. -----

Não havendo questões colocadas pelos deputados municipais, o senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e agradeceu o acolhimento do Centro Social Belverense. -----

De seguida esclareceu que o Protocolo existente com a APFLOGAV tem como contrapartida, para a Câmara Municipal, a prestação de alguns serviços de proteção da floresta e prevenção de incêndios, por parte dos Sapadores Florestais. O fruto desse trabalho, mas também do excelente desempenho dos Bombeiros Municipais, tem sido a diminuição da área ardida. -----

Quanto à recuperação do Passadiço, o senhor Presidente, informou que a recuperação na íntegra custaria cerca de 600 mil euros. Tendo-se constatado a possibilidade de candidatura a obras de recuperação parcial, e depois dos serviços técnicos da Câmara e de uma empresa da especialidade terem avaliado a estrutura, decidiu-se aproveitar esta oportunidade. A obra custará cerca de 80 mil euros e cerca de 50% será participado pela Cooperação Transfronteiriça. Os materiais têm uma durabilidade garantida de cerca de 6 anos. -----

Em relação à ampliação dos esgotos de Torre Cimeira, informou que a obra irá avançar. Apesar de inicialmente se ter pensado fazer por administração direta, surgiu a oportunidade de se candidatar a Fundos Comunitários, mas terá de ser por empreitada. Não existe previsão para o início da obra e será difícil preparar toda a parte burocrática, uma vez que são necessárias muitas escrituras e alguns proprietários não têm a situação predial dos terrenos, devidamente legalizada. -----

O senhor Presidente da Câmara comunicou ainda que a obra da Ponte de Belver não tem ainda calendarização definida. Já foi consignada e tem visto do Tribunal de Contas. Vai ocorrer vistoria na Ponte da Barragem, que terá de ser utilizada por alguns veículos pesados, como autocarros, viaturas de emergência, etc. Afirmou que está preocupado, porque em 20 de agosto se devia ter iniciado a construção do estaleiro, mas ainda não começou. Existem diversas questões preocupantes e que terão de ser previamente preparadas, mas ainda não foi comunicada qualquer data

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

para o início da obra e a I.P. - Infraestruturas de Portugal afirma que depende do empreiteiro. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos deputados municipais. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver registou uma palavra de apreço aos Bombeiros Municipais de Gavião, pelo excelente desempenho no combate ao incêndio em Vale de Coelho e Vilar da Mó. Lembrou que havia habitações em risco, mas os bombeiros prontamente debelaram o incêndio. -----

Não se registando mais nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

**PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 11 de setembro de 2015, que apresenta um saldo de 1.128.027,66€ (Operações Orçamentais – 921.325,63€ e Operações de Tesouraria – 206.702,03€). -----

Afirmou que a situação financeira é estável. Há capacidade para investir e apresentar candidaturas ao Portugal 2020. -----

Informou ainda que no âmbito da auditoria do ROC é apresentado, semestralmente, um Relatório Intercalar. Leu as conclusões do documento, salientando que no inventário da Câmara, não têm sido abatidos bens. O executivo regozija-se porque a empresa se desloca com frequência aos serviços municipais, sendo-lhes facultado, com total transparência, o acesso a todos os serviços e documentos. Congratulou-se pelos resultados alcançados. Entregou uma cópia do documento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou a obrigatoriedade da auditoria do ROC, nos termos da Lei n.º 73/2013. Anteriormente ficou

Jun/  
P

acordado que estes relatórios seriam encaminhados para os grupos municipais e é o que irá acontecer. Sabemos que as autarquias locais, são dos serviços públicos mais auditados. Mas a bem da transparência e do rigor, devemos acatar todos os ensinamentos de quem tem conhecimentos sobre os assuntos. -----

De seguida, deu a palavra aos deputados municipais. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver afirmou que concorda com a aposta do Município, no Turismo. Por isso há três projetos dos quais gostaria de saber o ponto de situação: o Lagar da Fraga, cuja obra está parada há dois anos. O estacionamento junto ao Museu do Sabão e o Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias de Belver, questionou se este será inaugurado no Feriado Municipal, 23 de Novembro. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a obra do Lagar da Fraga está parada, porque foram colocadas vigas e depois o telhado cedeu. O empreiteiro abriu processo judicial contra o fornecedor e aguarda-se a resolução desse processo. Em relação ao estacionamento do Museu do Sabão, a Câmara Municipal tem tentado negociar, com a Segurança Social, a cedência do terreno próximo do Museu. O assunto depende de decisão superior do Ministério e a resposta foi negativa. Tentou-se depois mudar a afetação, mas também não evoluiu. Iremos fazer nova tentativa. Também tem sido negociada a Escola Velha de Belver. Quanto ao Núcleo Museológico de Tecelagem e Mantas, gostaria muito de o inaugurar no dia 23 de Novembro. Mas não acredita que seja possível. Os conteúdos do Museu e as obras inerentes a esses conteúdos estão adjudicados à mesma empresa que fez os conteúdos do Museu do Sabão e está a evoluir. Mas a parte de construção civil está parada. De qualquer forma, gostaria que a inauguração acontecesse o mais rápido possível. Os dois museus são investimentos fulcrais para o concelho. Referiu ainda que têm surgido problemas com as visitas ao Castelo de Belver. A Câmara também tem feito um esforço para os resolver. -----

O senhor Presidente da Assembleia afirmou que, a Escola Velha de Belver é um edifício muito degradado, que coloca em causa a segurança de pessoas e bens. O terreno junto ao Museu do Sabão, onde está atualmente o Parque Infantil, era para construir a Casa do Povo, o que nunca aconteceu. Estranha que o Ministério e o Governo não resolvam esta questão. Pensa que esta situação deve merecer uma atitude da Assembleia Municipal. Oportunamente será articulada posição para questionar o que pensam fazer com os dois espaços referidos. -----

**PONTO DOIS = Fixação da Participação Variável de IRS a aplicar aos rendimentos de 2016 (n.º 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, de 15 de Janeiro e alínea e), do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----**

A Câmara Municipal propôs a aplicação da taxa de 5% de redução (máximo possível), fixando a participação do Município em 0%, devolvendo aos munícipes os 5% de IRS que lhe caberiam. -----

Colocado a votação foi aprovado por unanimidade. -----

**PONTO TRÊS = Deliberação sobre as taxas do IMI a praticar em 2016 (artigo 112.º do Código do I.M.I. aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro e alínea d) n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----**

Foi proposta, pela Câmara Municipal, a aplicação das seguintes taxas de IMI: 0,3% - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, 0,5% aos prédios urbanos não avaliados nos termos do CIMI e 0,8% aos prédios rústicos. -----

Propôs ainda a majoração de 30% do imposto, nos prédios degradados e o triplo do valor para os prédios considerados em ruína. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Câmara referiu ainda que a medida de redução do IMI em função da composição do agregado familiar não foi proposta porque considera que não traria benefício visível para as famílias. Preferimos aprovar as taxas mais baixas. -----

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que o Município de Gavião tem outras medidas que apoiam as famílias com filhos, como o “Apoio à Fixação de Famílias Jovens”, por exemplo. -----

**PONTO QUATRO = Apreciação e eventual aprovação da proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2016;** -----

Colocado a votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2016; -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que gostaria que a lista de empresas que beneficiarão com esta medida fosse muito mais extensa. -

**PONTO CINCO = Apreciação e eventual aprovação de Proposta de Abertura de Procedimentos Concursais (docentes AEC's);** -----

O senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados a propósito da Proposta de Contratação em Regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, a Tempo Parcial, de 2 lugares para Pessoal Docente, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB. -----

Colocado a votação foi aprovado por unanimidade: -----

- Autorizar a abertura do procedimento concursal; -----
- Emitir autorização prévia à assunção dos compromissos plurianuais inerentes às respetivas contratações. -----

O deputado municipal Paulo Manuel Alfaiate Pires não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 44º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

**PONTO SEIS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais, decorrentes de procedimentos lançados pelo Município de Gavião;** -----

- Contratação de ROC para a certificação legal de contas (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a contratar a “Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados

– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”. Despesa prevista para 2015 – 666,67€; 2016 – 8.000,00€; 2017 – 8.000,00€ e 2018 – 7.333,33€. Aprovado por unanimidade.-----

- **Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão especial (BTE)**, a contratar a EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A. Despesa prevista para 2015 – 11.400,00€ e 2016 – 62.700,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN)**, a contratar a EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A, no âmbito do Acordo Quadro com a CIMAA. Despesa prevista para 2015 – 12.200,00€, 2016 – 73.200,00€ e 2017 – 36.600,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Elaboração de Código Regulamentar**, a contratar a “ABBC & Associados – Sociedade de Advogados RL – cedência da posição contratual CIMAA para esta entidade. Despesa prevista para 2015 – 2.612,50€ e 2016 – 137,50€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Plataforma Eletrónica de Contratação Pública**, a contratar a VORTAL – Comércio Eletrónico Consultoria e Multimédia, S.A.. Despesa prevista para 2015 – 1.083,51€, 2016 – 2.167,02€, 2017 – 2.167,02€ e 2018 – 1.083,51€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Acordo/parceria para garantir o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família no Agrupamento de Escolas de Gavião**, a contratar com a “APEGAV – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião”. Despesa prevista para 2015 – 12.000,00€ e 2016 – 20.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

A deputada municipal Isabel Martins não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 44º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

O senhor Presidente da Câmara elogiou o serviço prestado pela APEGAV.



y m/ f.

- **GIP –Gabinete de Inserção Profissional.** Despesa prevista para 2015 – 1.257,00€ (bolsa) + 281,82€ (sub. refeição) e para 2016 3.722,98€ (bolsa) + 845,46€ (sub. refeição). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor Presidente esclareceu que o GIP funcionará a meio tempo, mas será mais uma oportunidade de emprego. As verbas serão ressarcidas pelo IEFP, à exceção do subsídio de refeição, à semelhança dos CEI. ----

- **Contrato Emprego-Inserção, promovido pelo IEFP.** Despesa prevista para 2015 – 2.515,20€ (bolsa) + 2.562,00€ (sub. refeição) e para 2016 7.545,60€ (bolsa) + 7.686,00€ (sub. refeição). Aprovado por unanimidade.

- **Contrato Emprego-Inserção +, promovido pelo IEFP.** Despesa prevista para 2015 – 12.576,60€ (bolsa) + 2.562,00€ (sub. refeição) e para 2016 37.729,80€ (bolsa) + 7.686€ (sub. refeição). Aprovado por unanimidade. -----

- **Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens.** Despesa prevista para 2015 – 6.000,00€ e 2016 – 6.000,00€. Aprovado por unanimidade.-----

- **Transporte de crianças para o Jardim-de-Infância de Vale de Gaviões,** a contratar a Ricardo Jorge de Matos Marques. Despesa prevista para 2015 – 2.696,25€ e 2016 – 5.392,53€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Transporte de alunos da freguesia de Comenda para o Jardim-de-Infância e Escola do 1.º Ciclo de Comenda,** a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2015 – 678,58€ e 2016 – 1.155,42€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Refeições para as crianças do Jardim-de-Infância de Vale de Gaviões,** a contratar ao Centro Social de Margem. Despesa prevista para 2015 – 1.598,40€ e 2016 – 2.721,60€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado municipal José Praia Neves não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedido, nos termos do disposto no artigo 44º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

Jun/15

- Refeições para as crianças do Jardim-de-Infância e 1.º Ciclo da Comenda, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2015 – 4.995,00€ e 2016 – 8.505,00€. Aprovado por unanimidade. -----

**PONTO SETE = Apreciação e eventual tomada de posição sobre a “Crise dos Refugiados”;** -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a deliberação do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios, acerca desta temática, salientando que *“o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP): a) Manifesta a sua solidariedade e a dos Municípios Portugueses para com os cidadãos deslocados que passam por situações gravíssimas; b) Salienta a necessidade do Governo, com base nos compromissos internacionais e nos termos da legislação em vigor, definir uma estratégia articulada e integrada, no sentido de propiciar um quadro geral de atuação que seja adequado, consistente e dotado de segurança jurídica; c) Demonstra a disponibilidade da ANMP para cooperar com o Governo nesta matéria, designadamente no âmbito do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações; d) Expressa a disponibilidade dos Municípios Portugueses – tendo em conta a especificidade local de cada um deles e a sua autonomia – para num quadro de uma política integrada de intervenção, cooperarem na resolução desta emergência humanitária”*. -----

Propôs que a Assembleia tomasse conhecimento, tecesse os comentários que considerar convenientes e esta posição fosse votada como orientação também para o nosso Município expressar o seu apoio e solidariedade. --

O senhor deputado João Rufino questionou se a Câmara Municipal já pensou em adotar alguma medida para apoio aos refugiados e também, quais os procedimentos que deveria encetar se pretendesse acolher alguém em sua casa. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que é sensível à crise humanitária a que assistimos diariamente, através da Comunicação Social. Mas, tal como diz a deliberação da ANMP, não compete ao Município decidir

isoladamente. Infelizmente, a Câmara Municipal não dispõe de casas. Mas a Santa Casa da Misericórdia de Gavião tem 3 casas que poderão acolher refugiados e a Câmara Municipal está disponível para fazer algumas intervenções necessárias. No entanto, não basta haver casas para acolhimento. Tem de haver uma estratégia de integração consolidada. E é necessário que as entidades oficiais disponibilizem informações mais concretas. Também não sabe o que o senhor João Rufino poderá fazer para acolher refugiados em sua casa. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou que esta é uma matéria sensível, mas alguma coisa terá de ser feita para acolhermos no nosso país estas pessoas, que se viram forçadas a deixar o seu país, os seus bens e até a sua família, para fugir à guerra. -----

Colocou a votação o reconhecimento desta posição, adotando-a também como posição da Assembleia Municipal de Gavião. Tendo sido aprovado por unanimidade. -----

**PONTO OITO = Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Direção da Universidade Sénior de Gavião; -----**

O senhor deputado municipal Paulo Pires, em representação do Grupo Municipal do PS, apresentou uma lista propondo como representantes os deputados municipais Maria Hermínia Louro e Júlio Churro Catarino. Não havendo mais propostas, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor e cinco votos em branco. -----

**PONTO NOVE = Diversos; -----**

O senhor deputado municipal Carlos Arêz saudou a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver por acolher na sua freguesia a Assembleia Municipal de Gavião. Agradeceu também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gavião, na qualidade de Presidente do Centro Social Belverense, pelo acolhimento, deste órgão, nas suas instalações. -----

De seguida lembrou o recente falecimento da Dr.<sup>a</sup> Maria Barroso, uma ilustre lutadora pela liberdade. Apesar da proximidade do seu marido, Dr. Mário Soares, lhe ter roubado alguma visibilidade, foi uma mulher

corajosa. Não tem conhecimento de alguma atitude sua que fosse ofensiva ou desadequada e manteve sempre uma postura nobre. -----

Lembrou que quando era pequeno e visitava Belver, o seu tio-avô, senhor João Mendes, lhe contou que junto ao Ulmeiro, em frente à Igreja, tinha discursado a Dr.<sup>a</sup> Maria Barroso. Assim, tratando-se de uma pessoa tão digna e politicamente ativa, sugeriu que a Câmara Municipal de Gavião mande colocar uma lápide ou placa metálica, fazendo menção a esse acontecimento. Para que esse acontecimento seja perpetuado para as gerações futuras de belverenses e para quem visita esta localidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia confirmou que o facto que referiu é verdadeiro. Foi um acontecimento importante na história de Belver, que está em sintonia com o espírito de intervenção cívica e republicana desta localidade. -----

Terminada a intervenção, o senhor Presidente da Assembleia saudou o público presente e questionou se alguém pretendia intervir. -----

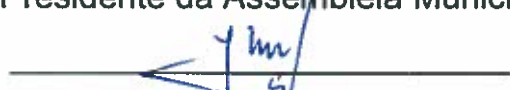
O senhor Carlos Rocha interveio para referir que há cerca de 2 anos pediu intervenção da Câmara Municipal, relativamente a um entupimento no escoamento das águas pluviais que vêm do lado de Alvisquer, próximo da sua residência. E até ao momento não obteve resposta. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia confirmou que tem conhecimento da situação e que também já a reportou aos serviços municipais. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que desconhece o assunto, mas vai encarregar os serviços municipais de analisarem a situação e solucioná-la com a brevidade possível. -----

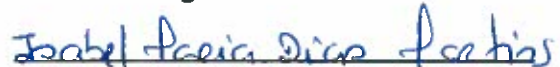
Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Jm', is written over a horizontal line.

(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Isabel Maria Dias Martins', is written over a horizontal line.

(Isabel Maria Dias Martins)